



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FABIANA DE MOURA MAIA RODRIGUES

RELATÓRIO FINAL DE PÓS-DOCTORADO 2017-2018

SUPERVISÃO: PROF. DR. ELIONALDO FERNANDES JULIÃO

NITERÓI/RJ
2019

SUMÁRIO

Introdução	03
Atividades desenvolvidas	07
Publicações	13
Apresentação de Trabalho	15
Considerações Finais	17
Referências bibliográficas	18

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta a produção, as reflexões, as ações e as pesquisas por mim desenvolvidas durante o período em que realizei o estágio pós doutoral sob supervisão do professor Doutor Elionaldo Fernandes Julião da Linha Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense no período de julho de 2017 a dezembro de 2018.

A temática desenvolvida no estágio posdoutoral no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense teve como foco a Educação de Jovens e Adultos em situação de restrição e privação de liberdade. Buscou-se aprofundar estudos sobre as diferentes dimensões da educação escolar nas unidades prisionais e socioeducativas.

A relevância do tema encontra eco nas demandas contemporâneas, já que vivenciamos um contexto social em que a criminalidade, o encarceramento e a pobreza se inter-relacionam e produzem números assustadores de uma massa carcerária marcada pela exclusão dos direitos humanos básicos. Nos debatemos com a ideia de que se não construirmos mais escolas seremos obrigados a erguer presídios, numa relação direta entre a falta da educação escolar com a produção da criminalidade, porém essa associação não pode e não deve ser direta mas perpassada e problematizada pela reprodução e perpetuação da desigualdade social e da negação dos diferentes direitos humanos a um percentual significativo da população.

Nesse sentido, Ireland (2011) reconhece que a desigualdade econômica é geradora da exclusão social e do aumento dos grupos mais vulneráveis, o que acentua a violência e a criminalidade, porém Wacquant (2001) aponta que o grande aumento do índice de encarceramento não foi acompanhado pelo aumento nos índices de criminalidade, o que nos leva a questionar o papel da prisão atualmente: será hoje só um espaço para isolar os indesejáveis? A pobreza assume dessa forma o status potencialidade de criminalidade? O pobre pode ser aprisionado pela sua condição de potencial criminoso?

No Brasil, em 2016, existiam mais de 726 mil pessoas privadas de liberdade, segundo o levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (BRASIL, 2017). Se

compararmos com os dados de dez anos atrás, verificamos um aumento de 81% no número de pessoas presas¹. Hoje somos o terceiro país que mais encarcera no mundo.

O aumento significativo na política de encarceramento traz em seu bojo a necessidade de pensar sobre formas e maneiras de reintroduzir os sujeitos presos a sociedade ao fim de sua punição. Nesse sentido, a prisão vai ter como um de seus pressupostos a reeducação dos sujeitos privados de liberdade para a sua “nova” vida em sociedade. No entanto, essa “reeducação” acontece e se ancora na reclusão, no castigo, na punição e no afastamento das relações extramuros.

Conforme destaca Perrot (1988 *apud* Breitman, 1989, p. 194), “a prisão assume uma tripla função: punir, defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal e inspirando o temor ao seu destino, corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade no nível social que lhe é proposto”.

Seria a educação escolar o órgão responsável pela reintegração? As reflexões e pesquisas sobre a Educação em espaços de privação de liberdade têm produzido nos últimos anos muitos apontamentos e encaminhamentos sobre o tema.

A questão da educação nesses espaços como direito é reconhecida em diferentes marcos legais, como a Constituição de 1988, a Lei de Execução Penal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394 de 1996, os Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014, as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação e restrição de liberdade (2010), Plano estratégico de Educação no Âmbito prisional (2011), entre outros, e também entre diversos autores que pesquisam a temática.

Tanto os marcos legais quanto os pesquisadores apontam que independente de objetivos, representações ou finalidades, a educação deve ser entendida e tratada como um direito básico a ser garantido nas prisões².

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº 13.005 de 2014 na meta 9.8

¹ Conforme o Relatório do Departamento Penitenciário Nacional publicada em 2017 com dados atualizados de 2016, o efetivo carcerário em 2006 era de 401.200 pessoas.

² Sobre o tema ver Julião (2013; 2014; 2016; 2017; 2018), De Maeyer (2011; 2013; 2018), Muños (2011), Scarfó (2009; 2011) e Silva (2011).

assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração (BRASIL, 2014).

As Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação e restrição de liberdade aprovada através da Resolução N° 2, de 19 de maio de 2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação indica que a educação implementada para estes sujeitos precisa estar calcada na legislação educacional e de execução penal vigente. Determina ainda que essa educação é responsabilidade do Estado e do Distrito Federal através das suas Secretarias de Educação em articulação com as Secretarias de Administração Penitenciária.

O Plano Estratégico de Educação no Âmbito Prisional instituído pelo Decreto Presidencial nº 7.626 de 24 de novembro de 2011, tem por finalidade garantir a oferta de educação formal em instituições penais e, em seu artigo 3, aponta as suas diretrizes e ratifica a importância da educação para a reintegração dos apenados na sociedade.

Portanto, é correto inferir que a educação escolar em unidades prisionais é um direito e que deve ser garantido a todas as pessoas em situação de privação de liberdade que desejem.

Conforme aponta Julião (2016, p.28), “a educação, em síntese, conforme nossos marcos legais, é um direito público e subjetivo e sua oferta escolar deve estar adequada às necessidades e disponibilidades dos seus sujeitos, garantindo sob qualquer coisa, condição de acesso e permanência na escola”.

As políticas públicas para a Educação de Jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade previstas na legislação brasileira são consideradas referência na América Latina (JULIÃO, 2016). Entretanto, os avanços normativos não se refletem na prática, nas escolas que estão inseridas nas instituições penais. Para Julião (2016, p. 33), existe um “descompasso entre o legal e o instituído na prática”. Esse descompasso destacado por Julião entre a norma e a prática pode ser um dos fatores que alavancou consideravelmente a produção acadêmica nacional e internacional sobre o tema.

Julião (2017) aponta que esse movimento se iniciou em 2006 com a criação da Red Latinoamericana de educación em contexto de encierro (RedLECE) que tinha por objetivo permitir o intercâmbio de pesquisas e trabalhos entre os diferentes estudiosos da América Latina na busca da consolidação de uma política educacional para os contextos de privação de liberdade.

Em 2014, três universidades federais (Fluminense, São Carlos e Paraíba) organizaram o Encontro Latino Americano de Educação de Jovens e Adultos em Situação de Restrição e Privação de Liberdade no auditório do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro e que congregou gestores, professores e pesquisadores do tema. Com muita dificuldade, redes de grupos de pesquisa sobre políticas de restrição e privação de liberdade estão se constituindo na América do Sul.

A produção de conhecimento sobre o tema tem crescido consideravelmente nos últimos anos com a publicação de artigos, dossiês de revistas, apresentação de trabalhos, dissertações e teses. Com isso consolida-se um campo importante de pesquisa e ação sobre as políticas públicas e as práticas pedagógicas. Julião (2017, pp. 124-125) analisou trabalhos apresentados nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e elencou publicações relevantes.

Em análise de trabalhos apresentados entre a 23 a 37 reuniões Nacionais da Anped, Julião (2017) encontrou 15 pesquisas sobre o tema que abordaram assuntos como profissão docente, relação da escola e com as medidas sancionatórias, identidade, narrativa, práticas educacionais, possibilidades e limites da escola, educação e trabalho, entre outros nos espaços de privação de liberdade.

A produção de teses e dissertações também apontam um crescimento do campo. Em pesquisa ao banco de teses da CAPES foi possível verificar que entre os anos de 2013 e 2018 foram produzidos mais de 494 trabalhos, 379 dissertações e 66 teses que de alguma forma abordaram a educação e a privação de liberdade. É possível constatar que vivenciamos um aumento de interesse na pesquisa sobre a temática, em 2013 foram 45 trabalhos e em 2018 esse número aumentou para 81, a maior parte dos trabalhos foram produzidos nos Programas de Pós-Graduação em Educação, seguidos pelos programas de Psicologia, Direito e Serviço Social. Trabalhos que versaram sobre gênero, questões étnico raciais, concepções pedagógicas, profissão docente, etnomatemática, currículo, EJA, Direitos Humanos, exclusão social, juventude, etc.

A consolidação desse campo de pesquisa na produção acadêmica não significa que as principais questões já estão contempladas, cada vez mais é necessário nos aprofundarmos na relação entre a educação e a restrição e privação de liberdade para podermos fundamentar políticas públicas e ações na garantia do direito à educação e a sua diversidade e especificidade. Foi no sentido de aprofundar as reflexões sobre o tema que realizamos esse pós doutorado junto ao professor doutor Elionaldo Julião.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Além da participação nas reuniões do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos (NEDEJA), foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Disciplina Educação de Jovens e Adultos em Espaço de Restrição e Privação de Liberdade oferecida em 2018-1 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, linha de pesquisa Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação (Ementa, cronograma e bibliografia em anexo): *Tópicos Especiais em Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação*.

O curso teve por objetivo a realização de Reflexões teóricas e filosóficas sobre políticas de restrição e privação de liberdade. Análise da educação de jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade na perspectiva histórica, política e social. Políticas públicas, processos de aprendizagem e práticas pedagógicas.

Disciplina Concepções pedagógicas na EJA em privação de liberdade – 12 horas no Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica EJA (CESPEB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro nas turmas de 2017 e 2018.

Curso Princípios Educativos em Espaços de Restrição e Privação de Liberdade – Organização e coordenação do curso de formação continuada sobre educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade, no formato de extensão, para profissionais da Educação Básica que atuam em unidades escolares inseridas em unidades prisionais e socioeducativas, agentes penitenciários, profissionais do sistema prisional e socioeducativo, assim como estudantes universitários interessados no tema.

Os objetivos do curso:

- Ofertar curso de formação continuada sobre educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade, no formato de extensão, para profissionais da Educação Básica que atuam em unidades escolares inseridas em unidades prisionais e socioeducativas, agentes penitenciários, profissionais do sistema prisional e socioeducativo, assim como estudantes universitários interessados no tema.
- Proporcionar aos profissionais do magistério da educação básica pública, subsídios teóricos e metodológicos para atuarem no processo de ensino aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos em processos de escolarização e em restrição e privação de liberdade, considerando as especificidades do público e as temáticas da diversidade e inclusão social;
- Contribuir para a melhoria da formação continuada dos profissionais da educação que atuam direta ou indiretamente na Educação de Jovens e Adultos em restrição de privação e restrição de liberdade;
- Possibilitar aos cursistas condições de refletir acerca da EJA em restrição e privação de liberdade como fenômeno social, multifacetado, que requer a compreensão de temáticas específicas para sua materialização;
- Debater o papel dos diferentes sujeitos que atuam como agentes operadores da execução penal e das medidas socioeducativas na formação e na inserção dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade à sociedade;
- Discutir a relação entre a escola e a prisão/sistema socioeducativo;
- Construir proposta de atividades, de currículo, de ações que atendam as especificidades dessa Educação.
- Possibilitar a elaboração e publicação de material didático para formação docente continuada em Educação de Jovens e Adultos em restrição de privação e restrição de liberdade.
- Incentivar a formação continuada e a pesquisa em programas de Pós Graduação.

Foram realizados 05 (cinco) encontros de 08 horas cada, somando 40 h presenciais, com temática específica. Contou com 20 horas de carga horária para a pesquisa e elaboração de um projeto de pesquisa ou um artigo sobre a temática.

O curso aconteceu entre os meses de março e junho na Escola de Gestão Socio-educação Paulo Freire do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de

Janeiro (DEGASE) e contou com 25 alunos entre estudantes de graduação, agentes socio-educadores, professores, assistentes sociais, militantes de movimentos sociais, advogados, agentes penitenciários e pesquisadores.

Como um dos frutos do curso, duas alunas foram aprovadas em programas de Pós Graduação em Educação com projeto desenvolvido ao longo dos encontros.

Vale ressaltar que o projeto recebeu o apoio do DEGASE.

Curso de Aperfeiçoamento Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e na Inclusão Social – Supervisão do curso de formação continuada, no formato de Aperfeiçoamento, que foi ofertado a profissionais da educação básica das redes públicas de ensino e movimentos sociais na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

O curso é organizado e coordenado pela professora Doutora Alessandra Nicodemos do Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LIEJA/UFRJ).

O curso foi oferecido entre agosto de 2017 e março de 2018, em 15 encontros de 08 horas cada, somando 120 h, com temática específica.

Os encontros aconteceram nas dependências da Universidade – Campus do Fundão e ainda, em local ofertado pela rede municipal de origem dos cursistas, acordados por parcerias entre a Universidade e as redes de ensino.

O curso atendeu a 60 professores da educação básica que atuam no Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA, da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e nas turmas de EJA da Prefeitura de Cachoeira de Macacu.

O projeto contou com financiamento do governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Palestra Educação em Prisões: questões político-pedagógicas

Organização: Elionaldo Julião e Fabiana Rodrigues.

Palestra com professor Marc De Maeyer, importante intelectual Belga que há mais de 20 anos estuda o tema pelo mundo. Atuou como especialista da UNESCO para Educação ao longo da vida e como consultor técnico da Cátedra UNESCO em Pesquisa Aplicada para Educação em Contextos Prisionais no Canadá.

Seminário Internacional Privação de Liberdade e Direitos Humanos: o direito à saúde em debate.

Participação na organização do evento promovido pela Fiocruz em parceria com o Programa de Pós Graduação em Educação da UFF.

Realizado nos dias 04 e 05 de dezembro de 2018 na Fundação Oswaldo Cruz com financiamento da CAPES.

I Mostra de Cinema Cárcere e Direitos Humanos

Participação como mediadora na mostra realizada na Universidade Federal Fluminense em 30 de outubro de 2018.

Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias

Coordenação do Simpósio Temático "'A classe trabalhadora vai ao paraíso?'" O Ensino de História e diferentes sujeitos em processo formais e não formais de escolarização." Evento realizado na Universidade Federal Fluminense – 23 a 27 de julho de 2018.

O Simpósio temático teve por objetivo Congregar estudos, pesquisas e experiências docentes relacionadas ao Ensino de História no contexto de processos formais e não formais de escolarização, considerando diferentes modalidades de ensino, como a Educação de Jovens e Adultos, Educação para privados/as de liberdade, Educação do Campo e ainda, experiências dos movimentos sociais de educação, como as Ocupações Estudantis e os Cursos Comunitários preparatórios para o Ensino Superior, entre outras. Sua proposta acolheu estudos e relatos de experiências que dimensionou o Ensino de História para esses diferentes sujeitos, a partir de ensaios formativos comprometidos com a incorporação de saberes, leituras de mundo e experiências desses discentes e principalmente, voltados para a sua emancipação. Essas investigações, no campo do Ensino de História, podem discutir: propostas pedagógicas e práticas docentes em diálogos com as especificidades dos discentes; intervenções pedagógicas que elaboraram e/ou utilizem identidades locais, regionais e nacionais; práticas escolares na perspectiva das classes sociais; concepções teóricas e metodológicas para essas modalidades; propostas curriculares e construções curriculares docentes.

Banca de qualificação de Mestrado

Membro da banca de qualificação de mestrado de Aline dos Santos Silva – “Mulheres e Sociologia: dilemas e singularidades” – no Programa de Pós-Graduação em Educação,

Contexto Contemporâneo e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em maio de 2018.

Avaliadora Ad-hoc

Produção de parecer de dois artigos submetidos para publicação na Revista “Trabalho, Política e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contexto Contemporâneo e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, setembro e dezembro de 2018.

Avaliadora Ad-hoc

Produção de parecer de artigo submetido para publicação em Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais EPAA/APPE – Revista Qualis A2 em Educação. Dezembro de 2018.

Avaliadora Ad-hoc

Produção de parecer de artigo submetidos para publicação na Revista Direito, Estado e Sociedade da PUC – Rio, revista qualis A1 na área do Direito. Dezembro de 2018.

Inquérito Civil nº 2014.00784901 da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital.

Participação na elaboração da matriz curricular da educação de jovens e adultos das escolas inseridas nas unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro. Esse Inquérito Civil é fruto da constatação do departamento de Inserção Social da SEAP do número reduzido de vagas nas escolas prisionais e das vagas ociosas. Menos de 10% do efetivo carcerário tem acesso a educação formal, no entanto, ainda existe um número significativo de vagas ociosas nas escolas. A partir dos dados levantados, o Promotor responsável Dr. Rogério Pacheco Alves convocou a Secretária Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), o Conselho Estadual de Educação e a sociedade civil representada por fóruns regionais e nacionais, como o Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos, no qual fui a representante, para a construção de um projeto de educação que contemple as especificidades dessa modalidade e possibilite o aumento na oferta de educação formal. Entre agosto de 2017 e novembro de 2018 ocorreram encontros mensais para a elaboração de um projeto e de uma matriz curricular semipresencial. A implementação

de Nova Proposta Pedagógica de atendimento semipresencial na Educação de Jovens e Adultos aos privados de liberdade RJ, nas dimensões: curricular, organizacional do conhecimento e da carga horária de permanência no espaço escolar, calendário letivo, corpo docente, formação continuada, material didático e metodologia de ensino-aprendizagem justifica-se para atendimento às pessoas privadas de liberdade, visto a demanda apontada pelo Ministério Público a partir da constatação de que um pequeno quantitativo de pessoas possui acesso à educação escolar nas unidades prisionais e, ao mesmo tempo o número de vagas ociosas nessas escolas se apresenta significativo. A construção dessa proposta oportuniza o atendimento semipresencial proporcionando um aumento no atendimento escolar por meio da mediação didático pedagógica nos processos de ensino aprendizagem. Tais processos são subsidiados com a utilização de materiais adequados, dialogicidade entre estudantes e professores e ainda desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.

Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro

Integrante do processo coletivo de construção da Normativa referente ao Atendimento Escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O Conselho Estadual de Educação (CEE-RJ) tem função normatizadora e dando prosseguimento as suas funções, por meio da sua Comissão de Inclusão e Diversidade, em parceria com o Ministério Público do Rio de Janeiro, representado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação (CAO Educação), com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, com o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RJ), com a União Nacional dos Dirigentes de Educação (UNDIME/RJ), Com a Universidade Federal Fluminense (UFF), com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e com a Faculdade Gama e Souza deu início ao trabalho de construção de uma deliberação que venha orientar os sistemas educacionais do Estado e suas respectivas escolas abordando a temática invisibilizada socialmente: adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O objetivo é estabelecer normas para regulamentar o atendimento educacional especializado.

Trajetórias de vida e escolar de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social acusados de cometimento de ato infracional

Integrante da pesquisa, cujo coordenador é o professor Doutor Elionaldo Julião.

Pesquisa com financiamento do CNPq.

A presente proposta de pesquisa, fruto da parceria com o Ministério Público do Rio de Janeiro, objetiva compreender como os jovens acusados de cometimento de ato infracional estão vivenciando em suas práticas cotidianas e relações sócio-afetivas, situações violadoras e delituosas. Por meio da metodologia de auto-relato, a pesquisa visa compreender como os sujeitos jovens de grandes centros urbanos, neste caso da cidade do Rio de Janeiro, ouvidos pelos Promotores Públicos do estado do Rio de Janeiro nas oitivas informais, dialogam, a partir das suas experiências de vida e escolar, sobre questões diversas que ajudam a refletir sobre a vulnerabilidade de jovens a violência.

PUBLICAÇÕES

Capítulo de livro

JULIAO, E. F. ; RODRIGUES, F. M. M.; GODINHO, A. C. . Política Nacional de Educação nos Espaços de Privação de Liberdade: análise da organização da educação escolar e não escolar nos planos estaduais de educação nas prisões. In: Maria da Conceição Valença da Silva; Elaine Pimentel. (Org.). *Educação em Prisões: princípio, políticas e práticas educativas*. 1ed.Curitiba: CRV, 2018, v. , p. 65-84.

Resumo:

O artigo debate o processo de construção dos Planos Estaduais de Educação nas prisões articulado por ações na esfera federal. Apresenta a organização da educação básica nos diferentes estado, seus limites e suas demandas e a oferta da educação não escolar, suas perspectivas e concepções.

Capítulo de livro no prelo

GODINHO, Ana; RODRIGUES, Fabiana. Avanços, Impasses e Desafios na Garantia do Direito à Educação da População Prisional Feminina no Brasil: apontamentos sobre

os planos estaduais de educação em prisões. JULIÃO, Elionaldo (org.) Jundiaí: Paco Editorial.

Resumo:

O presente artigo pretende analisar os avanços, impasses e desafios na garantia do direito à educação das mulheres privadas de liberdade no Brasil. Para desenvolver nossas reflexões sobre o tema, realizamos a análise documental de 18 planos estaduais de educação em prisões, elaborados em 2012 e vigentes no período de 2012 a 2014. A escolha metodológica da análise documental decorreu da necessidade de pesquisar como a normatização e a operacionalização das políticas públicas se relaciona, além de perceber como a efetivação desses direitos é reconhecida nos Planos Estaduais de Educação nas prisões. Ademais, acreditamos ser pertinente realizar reflexões sobre as mulheres, a prisão e a educação e como essas questões se entrelaçam no processo de encarceramento e na efetivação dos direitos humanos. Esse trabalho busca se somar a outros que começam a visibilizar as mulheres em espaços de privação de liberdade e a garantia de seus direitos e do respeito as suas especificidades.

MELO, Ariane; FRUCTUOSO, Bárbara; RODRIGUES, Fabiana. Mulheres E Educação De Jovens e Adultos: questões e relatos de experiências. In: NICODEMOS, Alessandra; SOBRAL, Henrique; ALVES, Ana Carolina (org.) *Professor-Pesquisador e suas escritas*. Jundiaí: Paco Editorial.

Resumo:

O presente artigo pretende trazer questões problematizadoras em torno da temática da mulher na contemporaneidade, para, principalmente, reconhecer e analisar, como tais questões reverberam no cotidiano da Educação de Jovens e Adultos. Nossa intenção, não é o de aprofundar ou encerrar tal debate, mas contribuir com a apresentação de propostas de intervenções didática-pedagógicas já experienciadas; na intenção de evidenciar a urgência política da inclusão da temática da mulher, como forma de combater práticas sociais e escolares, pautadas em uma lógica do patriarcalismo e da violência física e simbólica contra as mulheres.

RODRIGUES, Fabiana; SANTOS, Gabriel. Reflexões sobre currículo na educação de jovens e adultos em espaço de privação de liberdade: experiência num presídio feminino.

In: JULIÃO, Elionaldo; RODRIGUES, Fabiana (orgs.). Teoria, Práticas e Reflexões curriculares em Educação de Jovens e Adultos nas prisões.

Resumo:

O presente artigo pretende refletir o currículo na educação de jovens e adultos em privação de liberdade na perspectiva da educação enquanto um espaço de humanização em oposição a desumanização fabricada nas prisões. O debate sobre o direito à educação caminha na reflexão do papel da educação na privação de liberdade e das questões norteadoras de práticas pedagógicas que reconheçam os imperativos e a diversidade da educação escolar nesse contexto. Apresentamos uma experiência de atividade realizada em uma escola inserida em uma unidade prisional feminina que se fundamentou nos pressupostos da Educação de jovens e adultos. Por fim, concluímos que a educação nas prisões já é um direito mas que precisa ainda ser garantido, e precisamos romper com os entraves e discursos que pautam a educação nas prisões a partir de uma perspectiva instrumental e funcional na garantia da ressocialização para pensarmos numa educação ao longo da vida.

APRESENTAÇÃO DE TRABALHO

II Seminário do Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos – UFRJ. Realizado em outubro de 2017.

Mulheres jovens, mulheres negras e mulheres presas: desconstruindo preconceitos na aula de História

Relato de experiência vivida na escola estadual Maria Montessori que está inserida em uma unidade prisional. A turma corresponde ao sétimo ano do ensino fundamental, AF 201, e era formada por 08 alunas todas com idades entre 18 e 25 anos. Para que pudessemos conhecer as alunas e sua concepção de mundo iniciamos o trabalho com diálogo e aprendemos que nessa turma todas as alunas se declaram negra, cinco afirmam que são evangélicas, uma espírita e duas preferiram não se pronunciar, seis alunas tem filhos pequenos e seus parceiros também estão presos. A maior parte delas está respondendo processo por tráfico de drogas. Foi a partir dessa realidade que a atividade foi pensada e desenvolvida.

No segundo momento conversamos sobre o que elas sabiam da história da África e nossa herança cultural. A miséria e a pobreza foram destacadas pela maior parte das alunas, três falaram sobre as religiões e associaram com o “mal”. Conversamos sobre a escravidão, sobre a África e sua influência cultural. O diálogo foi a base para compreendermos a concepção e o conhecimento prévio que as alunas tem sobre a temática. Foi importante perceber como o assunto África e nossas heranças perpassa necessariamente pela questão religiosa e fomenta atitudes de reconhecimento e de rejeição às nossas heranças, muitas vezes validando o paradigma eurocêntrico.

O filme escolhido para dar continuidade ao trabalho foi propositadamente um documentário sobre as nossas heranças culturais e a circularidade cultural entre o Brasil e países africanos, “Na Rota dos Orixás: O Atlântico Negro”. O documentário procura resgatar as influências de diferentes culturas africanas no Brasil, destaca os diferentes laços que nos ligam, a religiosidade, as manifestações culturais, a musicalidade, etc. Além de desconstruir a ideia de história da África que se liga apenas a escravidão e a exploração, mas ressalta os grandes reinos, suas manifestações culturais, suas conquistas e sua imensidão. No entanto, não deixa de trabalhar com as lutas, resistências e a escravidão. Essa atividade tinha por objetivo desconstruir os preconceitos e as ideias de uma África única que apenas existiu a partir da sua relação com os europeus, além de suscitar o debate sobre a construção de nossas raízes e valorização da nossa diversidade.

Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias – Coordenação do Simpósio Temático ““A classe trabalhadora vai ao paraíso?” O Ensino de História e diferentes sujeitos em processo formais e não formais de escolarização.” Evento realizado na Universidade Federal Fluminense – 23 a 27 de julho de 2018.

Mulheres presas: ensino de História e preconceito

Esse trabalho apresenta um levantamento do perfil de mulheres presas no Rio de Janeiro, as leis, acordos e pareceres sobre o direito a educação. A partir dos dados apresentamos o debate sobre práticas e concepções pedagógicas nas aulas de História refletindo sobre como construir um caminho que tenha como foco e meta a educação humanizadora, dialógica, cidadã e que aborde temas pertinentes as especificidades da diversidade de uma cadeia feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornar a proposta de trabalho apresentado ao Programa como requisito para a realização do estágio pós doutoral nos possibilitou compreender como foi possível avançar sobre os objetivos propostos e sobre as atividades.

Um dos principais objetivos contemplados na proposta foi estudar a relação entre a instituição escolar e a instituição prisional, destacando o papel paradoxal entre os dois espaços institucionais, já que um se constitui como um espaço de exclusão e negação de direitos e o outro tem como premissa o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos e a construção da autonomia daqueles que constituem esse espaço.

Destacamos que seria necessário o desenvolvimento de mais pesquisas acadêmicas sobre essa relação e sobre as práticas pedagógicas.

Ao final do estágio pós doutoral e das diversas atividades realizadas, reconhecemos que ultrapassamos o debate teórico e nos aproximamos da prática. Foi possível desenvolver diferentes trabalhos e ações que relacionaram a teoria e a prática, atuando diretamente sobre a formação, o currículo, o processo de ensino-aprendizado e a elaboração de políticas públicas.

A análise da legislação e das políticas públicas nos permitem inferir que no momento precisamos caminhar na garantia da efetivação das normas já estabelecidas, e nesse sentido, as atividades realizadas tiveram como objetivo a potencialização da reflexão, da discussão e da construção do conhecimento sobre essa escola que se constitui dentro de um espaço de punição e de isolamento, marcado pela desigualdade e exclusão social.

O estágio pós doutoral por mim realizado foi um momento de crescimento acadêmico e profissional como pesquisadora e também contribuiu para a formação continuada de diferentes sujeitos, além de ter participado da elaboração de matriz curricular e da deliberação do Conselho Estadual de Educação. Com isso, acreditamos ter alcançado o proposto, e fomos além ao nos aprofundar no debate teórico para repensar, refletir e agir sobre a prática, garantindo, dessa forma, que a produção do conhecimento na Universidade também fosse apropriado por diferentes sujeitos que atuam nesses espaços.

Os 18 meses de trabalho foram profícuos e contribuíram para o adensamento do debate e da garantia do direito à Educação dos sujeitos privados de liberdade. Finalizamos esse trabalho com a certeza de termos realizado uma contribuição importante no debate e na prática e com o objetivo de continuar a participar de pesquisas, reflexões e cursos que tenham como foco a garantia à Educação de Jovens e Adultos em Espaços de Restrição e Privação de Liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. (1984). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 7.210*, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília.

_____. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

_____. (1996). *Lei n. 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília.

_____. (2009) *Lei 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.

_____. (2009b) Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. *Resolução CNPCP n. 3*, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Brasília.

_____. (2011). *Decreto 7.626 de 24/11/2011*. Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, DF.

_____. (2014). Ministério da Educação. Secretaria Executiva Adjunta. *Conferência Nacional de Educação: o PNE na articulação do sistema nacional de educação*. 2. Documento final. Brasília: MEC.

_____. (2017). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN. Atualizado 2016. Brasília: Ministério da justiça e Segurança Pública – Departamento Penitenciário Nacional, 65p.

BREITMAN, Miriam. I. Rodrigues. (1989). *Mulheres, crimes e prisão: o significado da ação pedagógica em uma instituição carcerária feminina*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

IRELAND, Timothy. (2011). *Educação em prisões no Brasil*. In: EM ABERTO. Educação em Prisões. Brasília: INEP, v. 24, n. 86, nov. pp. 19 a 39. (Organização Timothy Ireland).

JULIÃO, Elionaldo. (2016). *Escola na ou da Prisão?*. Cadernos CEDES (UNICAMP) Impresso, v. 36, p. 25-42.

_____. (2017) *Educação Para Jovens e Adultos Em Situação de Restrição e Privação de Liberdade no Brasil: questões teóricas, políticas e pedagógicas*. TRABALHO & EDUCAÇÃO (UFMG), v. 26, p. 117-133.

WACQUANT, L. (2011). *As Prisões da Miséria*. São Paulo: Jorge Zahar.